



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0009680-86.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : NUP/INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITA LTDA.  
**ASSUNTO** : Impugnação. Edital do Pregão nº 21/2021.

**Parecer nº 384 / 2021 - PRE/DG/ASJUR**

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise de Impugnação formulada pela empresa INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITA LTDA (doc. nº 1694263, versando, em síntese, sobre restrição imposta no certame, no que tange à qualificação técnica exigida no edital do Pregão nº 21/2021.

1.1. Dentre outras coisas, afirma a impugnante:

"3. Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva à participação de diversas interessadas no certame, mormente no que tange à exigência de atestado de capacidade técnica de serviços anteriormente executados idênticos ao objeto licitado.

(...)

7. Dessa forma, ao delimitar como critério de seleção a obrigação de comprovar experiência anterior em Curso de oratória na modalidade EAD, o Edital deixa uma condicionante restrita, que exclui do processo diversas Instituições de Ensino que tenham o condão de prestar os serviços licitados, porém que não possam comprovar experiência pretérita em UM ÚNICO curso.

(...)

9. Como dito alhures, o objeto do presente contrato é a prestação de serviços de fornecimento de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD. O edital ao determinar como critério do fornecedor a apresentação de "Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD" faz entender que está sendo exigido comprovação de experiência idêntica ao objeto licitado e suas obrigações, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico."

1.2. Segue, discorrendo acerca das previsões do artigo 30 e artigo 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93, citando, ainda, a doutrina especializada e entendimentos do TCU.

1.3. Ao final, pede a exclusão das "*cláusulas 11.1.7 A do Termo de Referência, extirpando a exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD, postos que a condição imposta se traduz em atestados de capacidade técnica igual e não compatível com o objeto licitado, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico*".

2. O Pregoeiro se posicionou pela rejeição da Impugnação (dc. nº 1694875), asseverando:

"(...) a exigência da Administração se prende apenas aos cuidados de se contratar empresa com experiência na contratação do serviço pretendido. Sem exigir parâmetros mínimos dessa experiência como quantidades de horas, números de cursos, ou áreas de atuação sejam públicas ou privadas; premissas essas que se existissem, aí sim, poderiam restringir a participação de empresas.

Citando o decidido pelo Tribunal de Contas da União, a empresa impugnante alega que o edital de licitação não deve conter quaisquer exigências que sejam IMPERTINENTES OU IRRELEVANTES para o específico objeto a ser licitado, por constituírem restrições ao caráter competitivo, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei de nº 8.666/93. (TCU. Processo nº 001.645/2004-2. Acórdão nº 1.748/2004 – Plenário). Bem como também citando MARÇAL JUSTEN FILHO, esclarece que não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República.

É visível e facilmente identificável, que exigir um único certificado de comprovação de execução do objeto do edital, enquadra-se no mínimo necessário, como também se mostra totalmente relevante e pertinente, assegurar à administração pública o uso eficiente do recurso público, sendo esse recurso retribuído com mais segurança quando destinados à empresas já experientes na execução dos contratos.

Concluindo, entendo que as cláusulas 5.4 e 20.7 do Termo de Referência, não frustram as exigências legais na exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD."

É o breve Relatório.

3. Eis as condições contra as quais se insurgiu a empresa:

**Termo de Referência (TR)****"5. HABILITAÇÃO**

**5.1.** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD."

**Edital**

**"11.1.7.** Qualificação técnica:

**a)** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD."

## 4. Com efeito, o artigo 30, da Lei nº 8.666/93, prescreve:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;"

5. Uma atenta leitura das disposições acima revela que a aptidão das licitantes pode ser aferida com base na *expertise* dos profissionais que efetivamente executarão os serviços (art. 30, II, §1º, I). Além disso, de forma já pacificada, nos tribunais superiores, bem como na doutrina especializada, a aptidão também poderá ser aferida em relação à própria atuação da empresa.

5.1. Neste ponto, afirma Marçal Justen Filho (2012): "(...) *A exigência acerca de experiência anterior no âmbito empresarial não deriva de conveniência suprimível por parte do legislador. É relevante apurar a idoneidade do licitante e submeter sua participação à comprovação objetiva de atuação satisfatória anteriormente. (...) Excluir a possibilidade de requisitos acerca de capacitação técnica operacional conduz, em termos gerais, a colocar em risco a execução satisfatória da futura contratação. A Administração Pública poderá contratar sujeito sem a experiência necessária à execução de certo objeto contratual*". (grifos nossos)

5.2. Afirmado, assim, pelo ilustre doutrinador, que é possível e legítimo exigir-se a experiência do licitante na execução de certo objeto contratual.

6. Pois bem, nesta linha de raciocínio, reputamos válida a *restrição* imposta no edital do Pregão nº 21/2021, vez que a capacidade de elaborar um curso na modalidade EAD, sem qualquer delimitação quanto ao conteúdo, poderia levar à contratação insatisfatória.

6.1. Vejam que o TR, e, conseqüentemente, o edital, não trouxeram qualquer exigência quanto aos profissionais da empresa, o que poderia ter sido feito, inclusive em conjunto com a exigência que ora se faz.

6.2. Optou este Tribunal em avaliar a capacidade da licitante, através da sua experiência na elaboração de curso EAD, especificamente na temática "*oratória*", entendendo que a experiência geral, em outros temas, não lhe traria o que chamamos de *segurança mínima* para uma boa contratação.

7. É preciso lembrar, ainda, que a contratação de treinamentos para a capacitação de servidores já mereceu atento olhar da Corte de Contas, que, diante das vivenciadas dificuldades em se licitar de modo satisfatório, recomendou, desde que preenchidos determinados requisitos, a contratação direta (Decisão nº 439/98, Plenário - TCU).

7.1. Neste aspecto, vejamos o que afirmou o Prof. Luis Claudio de Azevedo Chaves, em artigo discorrendo sobre a questão<sup>1</sup>:

"O primeiro ponto diz respeito à obrigação de realizar licitação. Como o dever de licitar é imperativo e fazê-lo pelo critério de menor preço é regra geral, o problema advém da imensa dificuldade de se estabelecer critérios de aferição idôneos que apontem com segurança a proposta efetivamente mais vantajosa, o que eleva sobremaneira o risco de insucesso na contratação. A experiência tem demonstrado que contratos dessa natureza, quando licitados, não raro, anotam má prestação de serviço e não atendimento aos objetivos colimados."

7.2. Corroborar-se, assim, a necessidade de acautelar-se a Administração em contratações nesta área, principalmente quando o fizer mediante procedimento licitatório.

8. Ante o exposto, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação "*do curso ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD*", visando à satisfatória capacitação de seus servidores, quando restringiu a experiência das concorrentes na específica temática, tal qual visto na condição 11.1.7, "a" do edital do Pregão nº 21/2021, acima transcrito (tópico 3).

9. Opinamos, portanto, pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital ora publicado.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSES.

1. Professor da FGV, artigo "*Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU*".



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 16/08/2021, às 15:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei-tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1696607** e o código CRC **656C22D9**.

---

0009680-86.2021.6.05.8000	1696607v15
---------------------------	------------

---